

REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA LINGUÍSTICA DE MACAU*

*Maria Trigoso ***

«Entre o cantonês e o mandarim, venha o português e não escolha...» foi o título que dei a um artigo recente, publicado num semanário local, sobre questões ligadas ao bilinguismo. Como o nome indica, partia do pressuposto de que os portugueses, enquanto administração, não deveriam interferir naquilo que considero ser uma questão interna chinesa, nascida duma certa e já visível tensão entre as justas aspirações regionais e a legítima necessidade nacional, em termos da(s) língua(s) chinesa(s) de Macau.

Contrariamente ao que se terá passado na comunidade portuguesa, que, desafiada por esse texto, para o debate desta questão, pareceu na altura ter feito «orelhas moucas», entre a comunidade chinesa o meu despretenso texto terá tido algum eco. Assim foi que, posteriormente, acabei por ser convidada para participar no Seminário Internacional de Desenvolvimento Linguístico, que, em Março, reuniu em Macau algumas dezenas de linguistas desta zona do mundo, incluindo China, Taiwan, Singapura e Hong Kong.

Foi-me pedido expressamente que, na minha comunicação, versasse os pontos abordados no artigo.

O que fiz, de facto. A comunicação chamou-se «Entre o cantonês e o mandarim venha o português e não escolha... II — explicação a um texto assim tornado desnecessário».

Escrito, exclusivamente, o artigo para a comunidade portuguesa, tornava-se necessário numa comunicação dirigida a uma assembleia quase totalmente chinesa, explicar os seus muito portugueses pressupostos. Mas não só, nem sobretudo.

* Adaptação da comunicação apresentada ao «Seminário internacional das línguas faladas em Macau: evolução no período de transição», organizado pela Associação de Ciências Sociais de Macau entre 28 e 31 de Março de 1992.

** Assistente na Universidade de Macau.

Dirigido aos portugueses, o meu texto deu-se ao luxo de criticar-lhes (nos) o que então considerei a sua (nossa) latente tentação em «proteger» o cantonês — por palavras ou acções e/ou omissões —, do que se entende como um «ataque» do mandarim. Tentação que releva, quanto a mim, menos duma entusiasmada e plena aceitação da língua chinesa local de Macau, e mais duma ressentida e desgostada renúncia ao português como língua única e principal da Administração.

Através dela eu interpretava o que me parecia ser uma recente passagem, em Macau, do tradicional discurso português pró-português para um novo discurso português pró-cantonês como uma sublimação linguística duma frustração histórica, acto falhado em sentido freudiano: quer o mandarim destronar o português? Resta *escondermo-nos* atrás do cantonês, robusta língua de dupla vantagem: dominado oralmente pelos portugueses de Macau, logo dominável, é uma língua que tende, ela própria, a manter um contencioso linguístico-cultural com o mandarim.

Já orientada para chineses, a maioria dos quais vindos de fora de Macau, e justamente defensores do nacional putonghua, a minha comunicação, quase inconscientemente, assumiu-se como um texto de cultura local — daí os diferentes pesos, que, tudo somado, o mandarim e o cantonês acabam por parecer ter, respectivamente num e na outra.

Escusado será dizer que o primeiro escrito, pela defesa da Grécia, não agradou particularmente aos troianos e que o segundo, pela valorização de Tróia, algo terá desiludido aos gregos. Neste algo inglório panorama, surge agora o simpático desafio da revista *Administração* para que volte ao meu cavalo de batalha. Simpático pela imagem da revista em questão — de seriedade, sobriedade e interesse pelas questões genuinamente locais e culturais de Macau. E simpático também pela mistura de público, simultaneamente chinês e português de Macau. Simpático ainda porque me obriga a reflectir de novo, eventualmente auto-criticando ou pelo menos «aggiornando» anteriores posições sobre uma questão a que me sinto, por gosto, trabalho pessoal e profissional, bastante ligada.

É portanto com gosto que respondo ao convite, mas com alguma dúvida, isto fora da habitual retórica chinesa (mas também portuguesa...) se saberei, eu, acrescentar alguma coisa de novo e interessante num debate — as línguas de Macau — que me parece tão importante para a população local.

Comecemos então pelo português, aquela língua que ocupando a Administração não chegou nunca a ocupar o Território.

Creio que os portugueses tendem a ser particularmente nostálgicos (mais do que a generalidade dos outros povos, se chega a ser lícita a comparação entre tão inefáveis valores...), a propósito de espaços e tempos por si vividos e marcados, individual ou colectivamente. É uma nostalgia que de certo modo se «requinta»

(ou «requeenta», aqui também serviria) quando essa vivência, tida fora do espaço nacional, repousa ou se alimenta da língua.

Espécie de angústia da separação, tende a ser expressa sobretudo de formas literárias, ou para-literárias, alimentando-se de romântica contradição: ao sofrimento mistura-se o prazer do sofrimento. É uma situação conhecida da Literatura portuguesa, e para a qual têm sido aventadas várias explicações que não viriam aqui ao caso. O resultado, deste ponto de vista, é um conjunto literário-poético muito mais lamentador do que exaltador, ou, talvez, exaltador, senão do lamento da perda, duma (fantasia sobre a) posse perdida.

Macau, enquanto espaço e tempo de língua portuguesa na China, não tem fugido a este processo fantasmático nacional, que, repito, tende a ser vivido de formas muito para-literárias. É um processo que tenderá a acentuar-se à medida que se aproxima a devolução da administração de Macau à China, transição que alguns transfiguram já, simbolicamente, em outra perda, logo noutra posse perdida a lamentar e exaltar.

Difícil assumir como lamento político a natural reintegração de Macau na China, o lamento cultural pela redução ou anulação da língua portuguesa, em Macau, pode surgir como um seu derivativo, publicamente aceitável.

Gostava de fazer aqui um parêntesis para ressaltar, do que disse sobre os portugueses, os portugueses de Macau, cuja cultura e imaginário próprios, enriquecidos pela sua mistura com a Ásia, e a China em particular, não me parecem susceptíveis de imediata ou total assimilação à cultura e imaginário portugueses. De resto, não sendo Macau, para eles, terra de qualquer descentramento ou exílio, tal como, e paralelamente, a China não lhes será terra estrangeira, mistos que são na sua ascendência, não deixarão de viver os fantasmas nacionais, de forma diferente dos seus compatriotas expatriados. Afinal, e muito objectivamente, para além de quaisquer imperativos de justiça ou determinação históricas, ninguém negará que a futura transformação de Macau com a consequente e inevitável redução do peso linguístico, político e social de Portugal, afectará de formas extremamente diferentes os dois grupos de portugueses aqui presentes. Dificilmente se podendo classificar de para-literárias as eventuais nostalgias desse grupo...

No imaginário português (e lá está sempre o poeta a recordar-nos que «a minha pátria é a língua portuguesa»), a língua portuguesa, talvez pelo facto de, fruto do acaso ou destino, se ter multiplicado, pelo mundo, numa proporção pelo menos inesperada face ao seu número inicial de falantes... acabou por ocupar um lugar à parte, em que pontuais orgulhos se entrecem num permanente receio de perda. Creio que, colectivamente, temos dificuldade em, com desportivismo britânico, aceitar ou fantasiar «perdas» linguísticas, tal como nos é, colectiva e pragmaticamente, difícil gerir os

«ganhos». A situação não é fácil pela sua heterogeneidade: se numas partes do mundo por onde andámos, a língua ficou, terminadas as colónias (Brasil e África), já na Ásia se foram várias colónias, tendo porém ficado a língua (Timor é o exemplo agora mais gritante). Em Macau, nunca tendo sido o português a língua da população maioritária, parece estar destinado a transformar-se numa mera reminiscência dum imaginário colectivo urbano, e, a permanecer, ficará sobretudo como língua de cultura — uma língua para estudiosos.

Mas quem jamais previu qualquer futuro, sobretudo em questões sociais feitas de tão imensa variedade de factores e vectores? Tanto mais quanto, e acho importante salientá-lo, no diverso panorama histórico-linguístico resultante do generalizado encontro e confronto entre a colónia/país e a língua colonial, Portugal tem tido sempre uma acção quase nula. Por outras palavras, o português ficou onde ficou, não devido a uma qualquer política linguística nacionalmente pensada e implementada, tal como não sairá donde, e se chegar a sair, pela mera ausência dessa política. Para sempre é de arredar orgulho ou culpa, que «as coisas» não passam sempre, nem apenas, por nós — como tende a fantasiar um povo, como o português, que afectivamente, ao longo da sua História, tende a oscilar entre uma euforia de onnipotência e a disforia da impotência-desistência.

Lugar dos mais comuns, em Macau o português nunca passou da língua dum grupo reduzidíssimo de pessoas, para a maioria das quais, aliás, e segundo o brilhante comentário dum aluno meu macaense (ele próprio brilhante) não é, sequer, a língua materna mas uma «língua paterna». E bem sabemos todos como a relação dos filhos com o pai é, sobretudo nos marcantes anos da infância, uma relação profundamente mediada pela mãe... Língua de prestígio, em sociedade patriarcal, para esse grupo reduzido mas numa tensão relativa com a língua do primeiro afecto.

Entre os portugueses de Macau, e à excepção das poucas famílias mais ligadas a Portugal (nas quais foi e continua a ser a língua materna e de uso diário e permanente), a tendência predominante é para, na sua vida diária, usarem o chinês. Isto mesmo se prova num interessante estudo socio-linguístico que, em 1981, foi a tese de doutoramento de Blanca Aurora Diez, na Universidade norte-americana de Georgetown. Intitulado «Language change in progress in the Portuguese of Macau», conclui-se, a respeito da comunidade portuguesa macaense: «For most of them it (o chinês) was their first language, which they also use with friends, at school, at the office. They speak portuguese with their teachers, with their metropolitan bosses, with the priests» (1981, Diez).

Foi, portanto, e apenas à sombra tutelar, e paternal, dessas instituições administrativas, académicas e religiosas, que o paternal e pontual português dos portugueses de Macau, se defendeu,

durante 400 anos, de ser assimilado pelo onnipresente, e maternal, chinês. A mudança de línguas que a curto prazo se desenha não é senão a destes pequenos mas influentes redutos de poder. Tornado o chinês em língua da Administração, aprendido, não como linguajar familiar mas na sua plenitude de língua escrita e culta, pelos portugueses de Macau que de Macau-futura venham a reinventar a sua terra (mais do que a repetir a Macau-passada), partidos os «metropolitan bosses» e, cada vez mais adoptado pelos «priests», o chinês como língua de contacto com todos os seus crentes, parece inevitável que o português perca o que era a sua socialmente artificial, mas politicamente real, primazia linguística.

Do meu ponto de vista, o que está em causa, fora da minúscula comunidade portuguesa, não é tanto o desaparecimento, mas o deslocamento do português, que, dos discursos oficiais, dos documentos ou requerimentos, poderá passar para outros países, talvez até mais eruditos e interessantes — teses de doutoramento, dissertações de mestrado, documentos históricos, etc.

Pensando no que era (e de que ainda restam «sobras», nomeadamente em Coloane ou na Taipa, para não falar no Mercado de São Domingos e outras lojas de Macau ainda na posse dos velhos donos) o conhecimento linguístico português de certos sectores da população chinesa de Macau, antes da grande invasão de pessoas de «fora» — o vocabulário ligado ao comércio da especialidade — pergunto-me se para além do que isso representava de simpatia para os fregueses portugueses, e/ou de orgulho (absurdo ou não?) para patrióticos visitantes, será relevante em termos do intercâmbio cultural entre os dois povos. Ou melhor, se, dessa situação, que para abreviar, poderia classificar de cariz «típico» — na medida em que uns populares chineses diziam umas frases em português, sem que isso correspondesse ao domínio da língua — não poderemos e não estaremos em vias de passar para uma outra situação, que sem servir para enternecimentos literário-nacionais, poderá, *à la longue*, vir a ser mais produtiva, do ponto de vista comum cultural de chineses e portugueses. Finalmente, de novo a mesma coisa mas ainda por outras palavras: será demasiado optimismo pensar em termos duma troca histórica — de algumas centenas de pessoas na posse, não da língua, mas dum *pidgin* necessário para «servir» a patroa, o patrão ou o freguês, para umas poucas dezenas trabalhando, a nosso lado, em Estudos Portugueses, ou em Estudos Comparativos entre o chinês e o português — a nível de licenciaturas ou pós-graduações — outra forma de promover o intercâmbio entre as duas culturas.

Passando agora para «os dois chineses», o mais real dos bilinguismos, no futuro.

Ninguém terá, julgo, qualquer dúvida que a população de Macau, daqui a algumas poucas dezenas de anos, será praticamente toda bilingue, usando o cantonês, sua língua materna, em casa, com

amigos, eventualmente em alguns tipos de trabalho e recorrendo ao *putonghua* em situações mais formais, políticas, decerto. A questão está apenas no processo, nas datas da aprendizagem e nas camadas por ela atingidas.

Actualmente, em Macau, e de Macau, só não fala mandarim quem não teve ou não tem dinheiro, bolsas ou famílias que lhe tenham permitido sair para estudar - isto é, todos os intelectuais, empresários, dirigentes políticos. Descontando o caso, julgo que extremo, de previdência histórico-cultural, duma abastada família chinesa minha conhecida, de Macau, e que, vivendo em Portugal, nos anos 50, importou de Taiwan, um professor de mandarim para lhe ensinar a língua nacional, a alta e média burguesia local também não se deixou ficar para trás. Não só falam as duas línguas, como, até pela sua natural vocação de poder, enquanto grupo social privilegiado, tendem a pôr os seus filhos na única escola religiosa (será uma fatalidade esta das religiões, para fins evangélicos, decerto, saberem ir à frente do poder secular?) que começou há quatro anos com doze alunos, tendo agora cerca de trezentos. Não corresponderá isto a uma necessidade real da população previdente, isto é, da camada com posses para pagar a sua previdência com as mais elevadas propinas de Macau?

Os filhos da esmagadora maioria da população de Macau, sem essas posses, está em parte condenado a ficar para trás, durante mais tempo, impedido ou dificultado que lhe é o ensino da sua língua nacional.

Se, enquanto administração portuguesa, descuramos o ensino do mandarim, em Macau, sobretudo agora que a Universidade, adquirida pelo Governo, passou a receber um número muito maior de alunos locais (que assim perderam a oportunidade de aprender o *putonghua* lá fora, como até há pouco acontecia) estaremos, ainda que sem o desejar, a prejudicar, objectivamente, e principalmente, os sectores da população que, por imperativos históricos e sociais — são os trabalhadores locais e a tradicional pequena-burguesia de Macau — mais devem merecer a nossa atenção e empenhamento.

Assim, penso nunca ser demais acentuar a necessidade de todos os que têm responsabilidades no ensino — e não só portugueses, pois estrangeiros de língua inglesa «imperam» ainda no ensino superior — deixarem de travar, ou mesmo de impedir, como tem acontecido, iniciativas que vão no sentido de generalizar o uso do mandarim. Isto porque atribuo à instituição-escola, nas sociedades modernas, um papel fundamental num possível nivelamento da sociedade, ao proporcionar, através do ensino da norma-padrão ou da norma-de-prestígio da(s) língua(s) (isto é, da língua do poder), uma possibilidade real de atenuar diferenças sociais externas.

E esta função eminentemente democrática e social da escola que me parece não ter ainda começado a ser devidamente equacionada. Na Universidade de Macau, situação que conheço

melhor, e me parece ser representativa do que se passa na generalidade da sociedade, o domínio do mandarim é *JÁ* uma barreira social e cultural, separando os alunos de extractos sociais mais ricos, quase naturalmente trilingues (*putonghua*, *quandonhua* e inglês), dos oriundos das camadas mais pobres, reduzidos ao cantonês e ao mau inglês.

Terminadas as suas licenciaturas, sejam elas de humanidades ou de ciências, alguém duvidará que, cada vez mais, os alunos reduzidos ao cantonês, isto é, os de mais fracos recursos económicos, serão preteridos em função dos também linguística (além de económica e socialmente) favorecidos?

Se pensarmos que, e dada a estrutura gramatical praticamente comum entre as duas variedades do chinês, em menos de um ano se consegue pôr um falante de cantonês a falar mandarim (ainda que talvez não com a «requintada» pronúncia de Pequim, mas perfeitamente passável socialmente...), menos se compreende que não se torne generalizado e obrigatório, desde já, o ensino do mandarim, pelo menos a nível do ensino superior.

Não só porém o argumento me parece apontar este caminho como o único correcto. Questões de ordem científica e pedagógica apontam também para a necessidade de introduzir o mais depressa possível o *putonghua*, eventualmente, em todos os graus de ensino.

Enquanto professora duma língua estrangeira, e também numa língua estrangeira, ao mesmo tempo que estudante de chinês — língua e linguística — tenho podido constatar até que ponto, em Macau, é baixo, se não nulo ou, o que é pior, colonizado pelos modelos teóricos das gramáticas europeias, o conhecimento da língua chinesa, por parte da maioria dos alunos universitários. Inclusivamente dos que frequentam os cursos de letras chamados. É uma situação que, embora vindo no sentido do que se passa, um pouco por todo o resto do mundo — troca duma cultura literária por uma cultura audio-visual, com o consequente empobrecimento do domínio da língua materna, sobretudo a nível da escrita — não deixará de estar ligada, em Macau, à situação particular do cantonês, como variedade oral do chinês. Daí a importância de todas as iniciativas que vão no sentido de dotar os alunos dum maior e mais perfeito domínio da língua escrita — o que acaba por passar, necessariamente, pelo ensino do mandarim, única variedade escrita do chinês.

Dir-me-ão que os próprios alunos, ou as suas famílias, opõem resistência ao ensino obrigatório do mandarim, numa eventual manifestação de bairrismo autonomista. Acredito que sim, mas: em primeiro lugar, não se trata de passar o ensino do cantonês para o mandarim, mas tão só de acrescentar, nos curricula, a cadeira de mandarim; em segundo lugar, resta sempre a hipótese de optar por formas diferentes de persuasão, desde as campanhas de esclarecimento até à atribuição de mais créditos, mais isenções de propinas,

mais bolsas para curtos cursos de Verão em universidades chinesas, etc., para os alunos que optem pela cadeira de mandarim. Parece só ser preciso imaginação e gosto.

O que me parece injustificável é continuarmos a ter uma Universidade, que, no aspecto das línguas, repito, sobretudo nos cursos de Letras — cujas ferramentas profissionais assentam sobretudo na língua escrita — funciona, ao contrário da sua natural vocação de vanguarda, estacionada numa espécie de situação de rectaguarda linguística. Ironicamente preparando alunos, que atrasa à partida, na sua futura competição profissional, social e política, nos dinâmicos sectores da sociedade a que os destina e nos quais já se domina, completamente, o mandarim.

Algo ironicamente, é a licenciatura em Estudos Portugueses, oferecida pelo Departamento de Estudos Portugueses, um dos poucos cursos com a cadeira de mandarim obrigatória. Porém, e como não há bela sem senão, dela estão isentos os alunos de língua materna chinesa.

E o cantonês? Perguntar-me-ão. Não lhe deveremos nada?

Acho que sim. Por si próprio, enquanto antiga e respeitada variedade do chinês, enquanto língua da província economicamente mais forte da China. E pela sua capacidade, para durante séculos, com diária e chinesa paciência aturar, na sua terra oriental, o ocidental português.

Tenho-me interrogado como poderíamos, enquanto portugueses e administrantes, pagar essa dívida e prestar essa homenagem. Sobretudo quando verifico como o cantonês nunca precisou, para a sua vitalidade local e respeitabilidade nacional, do português. Pagamento e homenagem que, de resto e pelo menos oficial e colectivamente, jamais lhe foi oferecido...

Direi porém, à portuguesa, que mais vale tarde do que nunca. E assim, no contexto actual, atrevo-me a esboçar um quadro, de futuro próximo, equacionando eventuais consequências do próximo embate linguístico, que é sobretudo um embate social e político, mas também, e de que modo cultural.

Não será a aquisição generalizada do *putonghua* que fará o *guandonghua* perder terreno na sua terra. Há o exemplo de toda a província de Cantão. Mas, admitamos que para uma língua local, perder terreno não significa perder falantes mas perder, digamos à chinesa, alguma face, isto é, algum estatuto de poder. Face a essa aparente inevitabilidade histórico-política, o que poderá significar então, para uma língua local não perder terreno, ou mesmo ganhá-lo? Não se trata duma expansão geográfica, pelo menos a curto prazo previsível, isto apesar da imensa vitalidade económica e cultural da província de Cantão, me ter permitido a mim pedir a conta, nos restaurantes de Har Bin, capital do Heilongjian ou antiga Manchuria, com o «nosso» (se me é permitida a apropriação) «mai tan a» e ser prontamente entendida...). Vejo essa reafirmação da

língua ou dialecto local (a escolha da terminologia é sempre e em última análise, política e não linguística) sobretudo, e não estando em causa a sua manutenção como língua materna da maioria da população, na possibilidade do seu fortalecimento teórico. Isto é, a par do ensino prático e diário, através do ensino sistematizado da sua gramática normativa, do estudo da sua história e da investigação e construção da sua gramática descritiva.

A este nível julgo que a Administração portuguesa, pode, efectivamente, escolher não escolher, escolhendo as duas. Assim, poderá, simultaneamente, favorecer as camadas sociais mais desfavorecidas, proporcionando-lhe o domínio da língua nacional, ao mesmo tempo que favorece a língua local naquilo em que também ela é mais desfavorecida em Macau — pessoas qualificadas e meios apropriados dedicados ao seu estudo científico. Como não acontece em Hong Kong. Nem em Cantão.

Vejo, e isso propus ao Seminário Internacional acima referido, essa acção concreta em prol da verdadeira dignificação e reafirmação da língua chinesa local, através da criação legal, a nível da Universidade de Macau, ou do Instituto Politécnico, de qualquer «coisa» como um Instituto Para os Estudos do Cantonês. Dotado de total autonomia científica e de meios financeiros próprios (não há as Fundações locais?) ele poderia, se os intelectuais locais o desejassem, vir a transformar-se num importante centro de especialização e investigação da língua cantonense, capaz de produzir e publicar trabalhos em domínios tão variados e importantes para uma língua minoritária, logo para a cultura que ela veicula, como os da socio-linguística, linguística aplicada, comparada, histórica, etc..

